Processo nº 450/2008-I

(Autos de recurso penal)
(Incidente)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Por Acórdão do Colectivo do T.J.B., foi, **A**, (7.º) arguido, com os sinais dos autos, condenado pela prática em concurso real de 2 crimes de “branqueamento de capitais”, p. e p. pelo art. 3.º, nº 2 e 3 da Lei nº 2/2006, e 3 crimes de “corrupção activa para acto ilícito”, p. e p. pelo art. 339º, nº 1 do C.P.M..

*

Em cúmulo, fixou-lhe o Colectivo a pena única de 10 anos de prisão, condenando-o também, (para além do demais), no pagamento de uma indemnização de MOP\$30.000.000,00 à R.A.E.M. e declarando outrossim o perdimento de MOP\$46.431.000,00; (cfr., fls. 11909 a 11997).

*

Em sede do recurso que o identificado arguido interpôs do assim decidido, por acórdão deste T.S.I. de 30.10.2008, decidiu-se absolver o mesmo arguido da prática de 1 dos imputados crimes de “branqueamento de capitais”, revogando-se também o segmento decisório que o condenou no pagamento da mencionada indemnização de MOP\$30.000.000,00; (cfr., fls. 12609 a 12704).

*

Notificado do assim decidido, vem o arguido requerer o esclarecimento do supra referido acórdão; (cfr., fls. 12738 a 12741-v).

*

Em Resposta, considera a Ilustre Procuradora-Adjunta que se deve indeferir o pedido; (cfr., fls. 12755 a 12756).

*

Para decisão, vieram os autos à conferência.

Fundamentação

2. Preceitua o art. 361º do C.P.P.M. que:

"1. O tribunal procede, oficiosamente ou a requerimento, à correção da sentença quando:

- a) Fora dos casos previstos no artigo anterior, não tiver sido observado, ou não tiver sido integralmente observado, o disposto no artigo 355.º;
- b) A sentença contiver erro, lapso, obscuridade ou ambiguidade cuja eliminação não importe modificação essencial.

2. Se já tiver subido recurso da sentença, a correcção é feita quando possível, pelo tribunal competente para conhecer do recurso.
3. O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a despachos judiciais"; (sub. nosso).

Atento o estatuído no n° 1, al. b) do transcrito art. 361º, dúvidas não há que ao ora requerente assiste o direito de formular o pedido (de esclarecimento) que apresentou, e, assim, merecendo a sua pretensão conhecimento, vejamos se merece provimento.

Antes de mais, mostra-se útil aqui relembrar o que no âmbito de um pedido análogo ao presente se escreveu no acórdão deste T.S.I. de 17.12.2005, Proc. n° 312/2004-I, do ora relator.

Escreveu-se pois aí que uma decisão é “obscura”, quando é ela, no seu todo, ou em parte, “intangível”.

Por sua vez, e quanto à “ambiguidade”, que tal sucede quando a decisão se apresenta com um “sentido duplo”.

Em conclusão, consignou-se que “*A aclaração de uma decisão*”

apenas se justifica quando a mesma seja ininteligível – o que se verifica quando aquela apresente aspectos de significação inextrincável, em termos de não ser possível apurar o que se quis dizer – ou se mostra passível de se lhe atribuir dois (ou mais) sentidos.”

Por sua vez, e como bem se salienta na douta Resposta da Ilustre Procuradora-Adjunta:

“A jurisprudência de Macau tem entendido que o pedido de correção "destina-se a permitir que uma decisão pouco clara, de percepção difícil ou dicotómica, seja apreendida pelo destinatário, que não a questionar eventuais erros de julgamento ou pôr em causa a bondade do julgador" (cfr. Ac. do TSI, de 26-7-2001, proc. n° 80/2001 e de 13-9-2001, proc. n° 65/2001-A).

E "o pedido de esclarecimento do acórdão, até mesmo a arguição da nulidade é de rejeitar se, com o pedido, pretender apenas o requerente manifestar a sua mera discordância com o que se decidiu". (cfr. Ac. do TSI, de 13-4-2001, proc. n° 1103, de 29-6-2000, proc. n° 75/2000 e de 13-9-2001, proc. n° 65/2001-A)”

Assente que nos parece ter ficado o sentido e alcance das

expressões “obscuridade” e “ambiguidade”, assim como o “fim” de um pedido como o ora em causa, vejamos.

No seu pedido, pede o requerente o “esclarecimento” sobre dois pontos do acórdão por este T.S.I. proferido em 30.10.2008.

— O primeiro, tem a ver com a decisão que julgou improcedente o seu recurso na parte em que pedia a “revogação da declaração de perdimento de MOP\$46.431.000,00”.

E, aqui, questiona o requerente *“Se no acórdão condenatório, na parte decisória relativa à "declaração de perdimento a favor da RAEM de MOP\$46.431.000,00, foram (ou não) consideradas as razões invocadas pelo recorrente nas suas novas conclusões n.º 31 e 32?”*

Pois bem, face aos termos em que vem colocada a questão, cremos que se impõe dizer que a mesma não encerra nenhum “pedido de esclarecimento ou aclaração”.

Na verdade, e como se constata do teor do expediente apresentado,

o requerente alcançou plenamente o que se deixou consignado no acordão objecto do seu pedido, e a “omissão”, que, no fundo, imputa àquele, constitui, para todos os efeitos, um “erro” e não uma “obscuridade” ou “ambiguidade”.

Seja como for, não se deixa de consignar que não se considerou o alegado nas referidas conclusões 31.^a e 32.^a, pois que as mesmas estavam inscritas na parte em que o ora requerente imputava ao Acordão do T.J.B. o vício de “erro notório na apreciação da prova”.

Porém, independentemente do demais, e sem prejuízo do muito respeito por opinião diversa, há que referir que, do nosso ponto de vista, tal circunstância em nada altera a decisão proferida, pois que, como no aresto em causa se deixou expressamente consignado, observado não foi o estatuído no art. 402º, nº 2 do C.P.P.M., o que, por si, teria que implicar a improcedência (rejeição) do “pedido de revogação” aí em causa.

— Passemos para o segundo.

A questão relaciona-se com a confirmação da condenação do ora

requerente pela prática de 1 crime de “branqueamento de capitais”, colocando o mesmo a seguinte questão: *“Como é que o pagamento do suborno em causa, na fase de execução do crime de corrupção activa e que, conseqüentemente, ainda não chegara à esfera de B, na sua disponibilidade, poderia começar, desde logo, a ser "lavado" de modo a integrar o crime de branqueamento de capitais?”*

Ora, admitindo-se que outro entendimento possa existir – e que se respeita – cremos que também aqui nenhuma aclaração se justifica, pois que o requerente, tal como na anterior situação, captou integralmente a razão pela qual se decidiu confirmar a sua condenação como autor da prática de 1 crime de “branqueamento de capitais”.

Colhe-se assim que o que parece suceder é que o ora requerente se mantém inconformado com tal decisão, insistindo na valia e mérito dos seus argumentos, o que, como é óbvio, e tal como em relação à primeira questão colocada se deixou dito, não constitui nenhuma “obscuridade” ou “ambigüidade” do acordão deste T.S.I..

De facto, (também aqui), e em nossa opinião, é o referido aresto

claro na exposição dos motivos que levaram a proferir a decisão em causa, pois que, como o próprio requerente o reconhece, ainda que por remissão para a fundamentação explanada aquando da apreciação do recurso do arguido **C**, aí se consignou, de forma expressa (e nomeadamente), que “para a consumação do crime de corrupção bastava a “promessa de vantagens”, e que tinha o recorrente cometido, “em co-autoria com **B**, o crime de branqueamento de «capitais» pagos como recompensa de um crime de corrupção passiva cometido por este último”.

Dúvidas não temos que ao requerente assiste o legítimo direito de discordar da decisão proferida, porém, o certo é que com o meio processual utilizado – o presente “pedido de esclarecimento” – inviável é uma “alteração do sentido do decidido”, como se preceitua no já citado art. 361º, nº 1, al. b) do C.P.P.M., e que, de qualquer forma, não nos parece que deva suceder.

Dest’arte, e afigurando-se-nos que emitiu este T.S.I. clara e fundamentada pronúncia sobre todas as questões pelo ora requerente então colocadas no âmbito do seu recurso, há pois que indeferir a

pretensão apresentada.

Decisão

3. Face ao que se deixou expandido, em conferência, acordam indeferir o deduzido pedido de esclarecimento.

Custas pelo requerente, com taxa de justiça que se fixa em 6 UCs.

Macau, aos 13 de Novembro de 2008

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Choi Mou Pan